

A RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA REGIONAL NORDESTINA

Manuel Correia de ANDRADE

Foi uma incumbência muito honrosa a que nos foi confiada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Melo, presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, de proferir a conferência comemorativa do aniversário desta Instituição, no ano de 1991, que inicia a última década do século XX. Isto porque, nos anos anteriores, as mais renomados historiadores desta Casa tiveram a oportunidade de, dentro dos seus paradigmas e de suas especialidades, explorar com brilhantismo a efeméride, e ainda porque, este Instituto é uma das mais respeitáveis instituições culturais do país. Trata-se de uma Instituição centenária, ao lado de outras também localizadas no Recife, como a Faculdade de Direito, o Diário de Pernambuco, o Ginásio Pernambucano e o Liceu de Artes e Ofícios, e que, pelo que produziram e pelo que representam para a cultura nacional, garantem ao Recife a sua importância como centro cultural, tanto da região como do país.

Ao comemorarmos o centenário do Instituto Arqueológico, estamos comemorando também as grandes efemérides que fizeram de Pernambuco o Estado Líder do Nordeste, o campeão na luta pelas liberdades democráticas e pelos ideais republicanos, pela Abolição e por um processo de desenvolvimento e de modernização que não é calcado em modelos alienantes e estrangeiros, mas que resulta da seiva que brota da terra e do povo como afirmação de cultura e de trabalho, plasmando uma consciência do local e do regional que não contesta, mas se integra dialeticamente ao nacional e ao universal. Um Estado que luta intransigentemente pela unidade nacional, ao mesmo tempo em que afirma e defende a permanência e o fortalecimento do regional e do local dentro do nacional. Isto porque, o nacional e o regional, que parecem se antepor, na verdade se completam e

se complementam para formar uma unidade, garantida e assegurada pela diversidade.

As nações não podem ser como um todo monolítico, imposto pelo centro sobre a periferia dominada, como se pode exemplificar com os antigos impérios coloniais, mas sim com a união dos contrários em obediência às diretrizes gerais a serem alcançadas pela Nação, mas com o máximo de respeito às características, à cultura e às aspirações regionais. O todo não é uma adição, mas uma integração das partes.

Na história brasileira, Pernambuco seja como capitania, seja como província e posteriormente como estado, sempre teve um comportamento vanguardeiro, cioso do respeito à unidade nacional, embora altivo e capaz de defender os direitos de sua população, quer frente aos invasores estrangeiros, como no combate aos batavos, quer frente à dominação portuguesa, como na Guerra dos Mascates e na Revolução de 1817, quer frente à prepotência imperial, como na Confederação do Equador, quer frente ao poder das oligarquias, com a Guerra dos Cabanos e Revolta do Quebra Quilos, ou ainda frente ao autoritarismo republicano, como no movimento autonomista de Manuel Borba.

A primeira epopéia da história pernambucana foi a da conquista portuguesa que implantou em seu território a colônia produtora de açúcar e fez nascer Olinda e em seguida o Recife. Travou-se, na época, a luta entre o colonizador lusitano e o indígena, senhor das terras, e que foi expropriado dos seus domínios, de suas matas, dizimado ou escravizado. É um episódio triste em que se tira a um povo que vivia na idade da Pedra, a sua oportunidade de desenvolver a sua própria civilização, ecologicamente adaptada às condições do mundo tropical. Mas o português, sempre dominador, procurou adaptar-se às novas condições e se miscigenou não só com os remanescentes indígenas como com os negros africanos. Miscigenação que não se caracterizou por relações democráticas e igualitárias, mas pela posse física e cultural do dominador sobre o dominado.

Este processo civilizador mas de conquista e de dominação, gerou uma sociedade agrário-exportadora bastante florescente que atraiu os olhos e os interesses da Holanda, país que se desenvolvia através do capitalismo colonial. A conquista, feita por uma companhia comercial que procurava dominar áreas capazes de produzir artigos que interessavam ao comércio europeu em expansão, tornou o Nordeste do Brasil a sua meta.

A guerra holandesa, tão bem estudada por historiadores renomados, como José Higino, José Antonio Gonsalves de Melo, José Honório Rodrigues, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa, Evaldo Cabral de Melo, ou por historiadores do Velho Mundo, como Watjen, Netscher e outros, pôs em choque processo ibérico de colonização, de vez que estando Portugal ligado por União Pessoal à Coroa Espanhola, recebia em sua colônia tanto lusitanos como espanhóis, flamengos, italianos, etc. O rompimento entre a Espanha e a Holanda, por questões comerciais e religiosas, provocaria a invasão da Bahia em 1624 e de Pernambuco em 1630. As décadas de guerra foram décadas de encontro entre representantes dos mais diversos povos europeus, judeus sefarditas de Amsterdã que em grande parte financiaram o empreendimento, holandeses que defendiam a Casa de Orange, ou alemães e poloneses que, como mercenários, participaram dos exércitos da Companhia das Índias Ocidentais. Do outro lado, além de portugueses, negros, indígenas, mulatos, caboclos, curibocas, encontravam-se espanhóis, como D. Luiz de Rojas Y Borja e italianos, como os napolitanos que seguiam as ordens do famoso Conde de Bagnuoli.

A guerra entre dois povos, holandeses que emergiam como potência colonizadora e espanhóis que iniciavam o declínio do seu poder colonial, representava um choque entre duas formas de pensar, entre dois sistemas de exploração, entre duas formações econômico-sociais, uma ligada à conquista e posse da terra visando a produção para a exportação, controlada pelos grandes proprietários e saudosa de relações feudais ainda sobreviventes, e outra representada pelo capitalismo comercial mais evoluído e consciente do que os economistas chamam de "maximização" dos lucros. Numa visão formal e cronológica, que não aceitamos, seria uma luta entre o presente e o futuro.

Esta guerra, onde os holandeses expandiram os seus domínios do Maranhão ao rio São Francisco, com incursões e tentativas de conquista de Sergipe e Bahia, não respeitando os artificiais limites entre as capitânicas, provocou a mobilização dos núcleos situados em todo o Nordeste, fazendo com que a chamada Insurreição Pernambucana, embora organizada e dirigida por pessoas radicadas em Pernambuco, fosse muito mais uma revolta nordestina do que especificamente pernambucana. Pernambuco demonstrou aí, como Capitania mais rica e mais evoluída, a sua capacidade de conduzir, de liderar todo o Nordeste na luta contra o invasor, contra o holandês, em defesa da sua riqueza, representada, então, pelo açúcar.

Conduzida por proprietários de terra e de escravos, conseguiram os líderes da Insurreição Pernambucana comprometer em sua luta grandes facções de negros e índios que haviam se adaptado à formação econômico-social dominante. E daí, estas lideranças puderam partir, através de suas câmaras municipais, para se opor muitas vezes aos interesses dos reis de Portugal, já que eles haviam libertado o Nordeste, contrariando interesses portugueses ligados à Holanda após a Restauração de 1640, e até a desautorizarem representantes reinóis, como ocorreu com a deposição do Xumbergas e com a Guerra dos Mascates.

A consciência nordestina foi se consolidando através dos tempos, tanto nos períodos de progresso, de fartura como nas adversidades. A sociedade açucareira se expandiria territorialmente com a ocupação do Sertão, onde expedições feitas por vaqueiros e posseiros colocados a serviço e sob a proteção dos grandes proprietários ligados à Casa da Torre e à Casa da Ponte, tentavam conquistar terras para a pecuária, escravizar indígenas e descobrir minas. E aí, mais uma vez, os indígenas foram dizimados em nome do progresso e da necessidade de conversão à religião cristã, uma vez que os grandes conquistadores se fizeram acompanhar em suas expedições por missionários que, após a vitória, aldeavam os indígenas nas áreas favoráveis à agricultura, a fim de sedentarizá-los e de reterem uma força de trabalho que seria utilizada de forma semi-escrava nos momentos precisos.

Conflitos surgiram, naturalmente, entre sociedades bem diversas, a dos criadores de gado, e a dos indígenas caçadores que utilizavam os rebanhos sem atentar ao direito de propriedade. Esses conflitos tomaram tal vulto, que os colonos contrataram bandeirantes paulistas, experientes na luta contra o gentio, para fazerem a conquista das terras indígenas, numa luta que se prolongou por anos, como a chamada de Guerra dos Bárbaros, que perturbou o processo de ocupação dos sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

A luta do colonizador porém não era apenas contra o indígena; o negro vindo da África como escravo, também reagia à escravidão e lutava pela sua liberdade e pela conservação dos seus costumes. A Guerra dos Palmares, luta que durou quase um século, representava uma forma de resistência heróica e que só foi vencida com a intervenção de bandeirantes paulistas. E Palmares foi a única revolta negra que conseguiu penetrar na história oficial, outras, como o chamado Quilombo de Catucá, esperam os

seus historiadores. Isto porque, ^{qualquer} o fato histórico em si, o acontecimento, não se torna motivo de estudo e de reflexão se o historiador não o descobre e o divulga; sem isso ele permanece esquecido. Outras rebeliões negras podem ser apontadas, como aquelas do período regencial, ocorridas no Norte e no Nordeste do Brasil, quando as populações pobres - livres e escravas - frustradas com o sentido da Independência, aproveitaram a brecha de poder durante a Regência para fazer reivindicações e defender direitos postergados. Na verdade, a Independência, feita por uma elite, frustrando as esperanças das camadas ditas inferiores, mantivera a estrutura social colonial, onde até a forma monárquica de governo e a dinastia portuguesa foram conservadas.

Com a crise do sistema colonial dos fins do século XVIII, a classe dominante, proprietária de terras, produtora de açúcar e de algodão, criadora de gado, controladora do comércio e dos cargos públicos, já compreendia que este sistema não teria condições de sobrevivência. Daí, se articularem, com apoio de clericais e militares, para procurar uma solução para problema que era da maior relevância. Além disto, as idéias "francesas" já haviam chegado à América e, como diria Eduardo Frieiro, "o diabo já entrara na livraria do Cônego". A elite pensava e discutia a possibilidade de independência das várias capitânias, modificando formas e estruturas de governo, mas mantendo a sua dominação. Nenhuma classe ou grupo social abre mão do controle do poder, sem luta. E o pensamento não era apenas pernambucano, mas nacional, de vez que nas principais províncias formaram-se grupos à procura de caminhos para a Independência, com ou sem a conservação da Monarquia.

Pernambuco estava na vanguarda dessa procura de soluções para a problemática da questão colonial desde o início do século, com a chamada Conspiração dos Suassuna; a transferência da família Real para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, animaram os conspiradores e idealistas. Observavam que uma Corte podia governar o império português do território brasileiro e, instalada no Rio de Janeiro, dava a esta cidade fortes condições de aspirar à liderança nacional. A quebra do monopólio comercial provocaria a presença, no Brasil, de comerciantes e agentes comerciais ingleses que conseguiram direitos de quase extraterritorialidade em cidades como São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Após 1815, comerciantes franceses e alemães se estabeleceram nas principais praças e passaram a estimular as elites brasileiras a mudar de usos, costumes e idéias e estas começaram a aspirar a se auto-governar.

As elites pernambucanas, influenciadas pelas idéias francesas e norte-americanas, opinaram por uma ideologia republicana; compreendiam que teriam um certo poder face à valorização de seus produtos de exportação e a um mínimo de coesão interna, mas tinham também, em seu território, o grande problema da escravidão. Como brasileiros, desejavam usufruir da liberdade, mas como senhores de terras e de escravos achavam que a economia canavieira e algodoeira se desorganizaria se a Abolição fosse assinada. É a eterna dúvida dos bens nascidos, eles aspiram às transformações econômicas e sociais, mas se vêem freados pelos seus interesses ameaçados. Shakespeare, já no século XVI, diante das dúvidas do príncipe Hamlet, da Dinamarca, proclamava “Ser ou não ser”. E as elites proprietárias procuravam, quando assumiam o poder em 1817 e em 1824, transferir para o futuro a concessão da liberdade aos negros, mesmo que apenas formal.

Durante a permanência da Família Real Portuguesa no Brasil a unidade do Império português se enfraqueceu, não só face à sua derrota frente aos franceses em 1808, como à própria influência inglesa que não se interessava em anexar as colônias portuguesas e espanholas mas procurava colocá-las sob o seu controle econômico. E este controle seria mais facilmente realizado se os dois grandes impérios ibéricos fossem destruídos e as várias colônias se tornassem países teoricamente soberanos. A influência inglesa teve grande responsabilidade pelo esfacelamento do Vice-Reinado do Rio da Prata, pela não realização do sonho de Bolívar de uma América Latina unida, contrapondo-se aos Estados Unidos da América do Norte, sobre a união do México com a América Central e sobre o esfacelamento da República Centro Americana. Não conseguiu impedir a unidade do Brasil certamente porque este, estruturado sob forma monárquica de governo, merecia maior confiabilidade da Inglaterra e maior apoio interno. Às populações conservadoras do interior do Brasil, um monarca inspirava maior confiança do que um Presidente e representava uma transição do sistema colonial para o soberano menos dolorosa, oferecendo mais garantias às estruturas em que viviam já há três séculos. Os indígenas, os negros e os brancos pobres e dependentes não foram, naturalmente, consultados na estruturação do novo estado nacional.

A elite pernambucana, mesmo depois do fracasso da Inconfidência Mineira (1789) e da Baiana (1798), que não passaram de conspirações, resolveu agir a fim de diminuir o poder dos portugueses natos na estrutura política colonial; em 1817, após longo período de conspiração, levantou-se,

derrubou o Governador português e organizou um governo republicano, o primeiro instalado no Brasil. Havia uma certa identidade na classe dominante, de vez que o governo, de cinco membros, era composto de representantes dos proprietários, dos comerciantes, dos magistrados, do clero e dos militares. Nem sempre os membros deste governo foram coerentes com os compromissos do cargo que assumiram, pois o proprietário Manuel Correia de Araújo, por exemplo, colaborou com as forças reinóis quando se travou a luta de reconquista.

A Revolução de 1817 não era apenas pernambucana, de vez que se estendeu por Alagoas - então uma simples comarca de Pernambuco; - pela Paraíba, pelo Rio Grande do Norte e pelo Ceará, Encontrou maior oposição na Bahia, bem mais conservadora e comprometida com o trono do que Pernambuco. Seria já uma disputa pela liderança do Nordeste? Convém lembrar que na luta pela Independência, Pernambuco foi a primeira capitania a se libertar do domínio lusitano e a Bahia só o fez em 1823, quando todas as outras capitanias, à exceção do Maranhão, do Piauí, do Pará e da Cisplatina, já haviam sido libertadas.

O fato de o Ceará, o Rio Grande e a Paraíba terem participado da revolta, indica que o sentimento de liberdade e o desejo de república eram comuns ao Nordeste, ou a grande parte dele e não apenas a Pernambuco; este, como chefe do movimento e como centro de irradiação republicana, seria castigado não só com a prisão e fuzilamento de grande número dos seus filhos, como também com a perda de Comarca de Alagoas que foi elevada à condição de Capitania.

Apesar do grande impacto da repressão comandada pelo General Luís do Rego Barreto, o espírito de pernambucanidade e de nordestinidade não esmoreceu, e Pernambuco, logo que as Cortes Portuguesas passaram a tentar recolonizar o Brasil, atingindo sobretudo a Capitania do Rio de Janeiro, o governo do Príncipe Regente D. Pedro, procurou expulsar as tropas portuguesas e libertar a capitania, mas sem se submeter à Corte de Lisboa nem à do Rio de Janeiro. Os proprietários de terra recusaram obediência à Junta do Recife, organizada pelo Gal. Luís do Rego, e organizaram a Junta de Goiana, conquistando o interior e aquartelando as suas tropas em Beberibe, ficando o governo português com o controle apenas do Recife e de Olinda. Depois, pela Convenção de Beberibe, elegeram nova Junta confiada à direção de um liberal e possivelmente republicano,

Gervásio Pires Ferreira. A nova Junta, usando sutilezas e negações, procurou conduzir o processo de independência para uma forma republicana de governo e, possivelmente para um sistema federativo, bem mais aproximado do dos republicanos do Rio de Janeiro do que do projeto paulista de José Bonifácio de Andrada e Silva.

O problema era saber se com a independência o Brasil devia seguir o mesmo exemplo dos países da América Espanhola, estabelecendo governos republicanos, ou deveria conservar a monarquia e a dinastia de Bragança. Esta segunda fórmula permitiria até a restauração da União Pessoal em caso de morte ou de abdicação de D. João VI, quando D. Pedro I, como herdeiro do trono português, poderia restaurar o sistema do Reino Unido. José Bonifácio, muito conservador, embora se preocupasse com a integração da população negra e índia à cidadania brasileira, temia que, com a República, viesse o esfacelamento do país e a formação de uma série de pequenas repúblicas que seriam presa fácil dos países colonizadores, no momento em que o capitalismo industrial sucedia ao comercial e os interesses imperialistas se aguçavam.

Os pernambucanos estavam conscientes destes problemas mas temiam que, com a Monarquia, a independência se tornasse uma farsa e o domínio português fosse restaurado. José Bonifácio, contando com partidários em Pernambuco, manobrou com inteligência política e conseguiu a deposição de Gervásio Pires, obtendo as condições necessárias à implantação da Independência com Monarquia. Para isto, a Capitania passou por momentos difíceis face às divergências entre os vários grupos, chegando a haver, em 1823, com a revolta de Pedroso, chefiando negros e mulatos, um temor entre os grupos dominantes de que ocorresse no Recife o que ocorrera no Haiti, o que contribuiu, certamente, para que a elite aceitasse a Monarquia.

O processo de implantação da Monarquia e de consolidação do Império foi traumático, de vez que D Pedro aceitava as idéias liberais e maçônicas mas não esquecia as doutrinas absolutistas que admitiam a origem divina do poder real. Daí o fechamento da Assembléia Constituinte, a outorga da Constituição de 1824 e a tentativa de impôr que as câmaras municipais a homologassem. Os pernambucanos, temerosos do absolutismo e conscientes do direito que tinham de participar das decisões governamentais, não aprovaram a nova Constituição e não aceitaram a nomeação de um Presidente de Província por escolha do Imperador. Começava-se uma nova

luta e, através da imprensa, sobretudo dos artigos de Frei Caneca, se observava que o povo não se opunha a uma solução monárquica, desde que constitucional e que aceitava a união do Império, desde que os direitos das províncias fossem respeitados. A intolerância de parte a parte levou a uma disputa a mão armada, tendo sido proclamada, no Recife, a Confederação do Equador, comprometendo não só a Província de Pernambuco mas outras do Nordeste, e se convidava as demais províncias do país e participarem da nova República. Mais uma vez os pernambucanos não se levantavam sós, mas com apoio de outras províncias do Nordeste. Pensavam assim, em escala regional e nacional, não havendo, af, uma superposição de escalas, um estabelecimento de prioridades ou de primazia, mas uma interpenetração do todo e da parte para se chegar a uma unidade harmônica.

Vencida a Confederação do Equador, o governo imperial foi implacável com os vencidos, tentando impor uma concepção autoritária e unitária à organização política do país. Organização que se manteve até 1889, embora o espírito de luta e a consciência regional fossem se fortalecendo e consolidando cada vez mais. Assim, ela revive com força na Revolução Praieira, com Borges da Fonseca, com Nunes Machado e com Pedro Ivo, estaria reafirmada na revolta do Quebra Quilos, caracterizada por Irineu Jofily como a “revolta dos matutos contra os doutores” quando o povo desorganizado e, até sob certo ponto, sob influência de sacerdotes, revoltou-se contra a imposição do sistema métrico decimal, sem nenhuma consulta prévia; na pregação revolucionária e abolicionista de Nabuco, figura cujo brilhantismo, cultura, coragem cívica e contradições representa bem o espírito e a consciência regionais, ao pregar no Parlamento Imperial, em 1884, não apenas a abolição da escravatura mas a Reforma Agrária; de João Alfredo, conservador e proprietário de terras ao fazer a abolição sem indenização em 1888 e ao propor a desapropriação de terras às margens dos rios navegáveis e das ferrovias para instalação de colonos, em 1889, de Manuel Borba, enfrentando o autoritarismo e as imposições do Governo Federal e preparando Pernambuco e o Recife para reagirem a qualquer tentativa de intervenção federal; de Gilberto Freyre, já em 1933, demonstrando que a civilização brasileira não era uma civilização européia transferida para os trópicos, mas o resultado de um jogo de influências do branco, do negro e do índio em terras tropicais; da reação contra o Estado Novo que gerou a luta de Ulisses Pernambucano e de Frederico Simões Barbosa contra a ditadura getuliana, corporificada posteriormente no grande movimento de 45 que teve um Demócrito de Souza Filho o seu grande herói.

Esta capacidade de resistência e de luta do pernambucano e do nordestino contra as imposições do Poder Central podem ser estendidas aos dias de hoje, mas querendo manter as perspectivas históricas nos detemos na data importante que foi 1946, ano da redemocratização.

Acreditamos e pedimos desculpa aos que não concordam conosco, que o sentimento regional, nordestino, pernambucano, nos leva a lutar para que haja autonomia sem soberania e que os laços federativos, já defendidos por Nabuco no século XIX, conduzam o Brasil a ser um país uno e diversificado, para tornar-se forte, e que desta fortaleza surja o desenvolvimento. Este sentimento de nordestinidade originou-se, ao nosso ver, com a Insurreição Pernambucana de 1645 sendo lembrado e rejuvenescido cada vez que o Nordeste luta, militar, cultural ou politicamente para manter a sua identidade dentro da nacionalidade. Daí acharmos que é da maior importância para o Brasil que os estados do Nordeste mantenham a sua autonomia e determinem os seus caminhos desde que não colidam com os interesses e as aspirações nacionais.

Concluindo, desejamos salientar que o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, nascido nos meados do século XIX para cultuar o nosso passado, para analisar e transmitir às gerações futuras o culto aos nossos heróis e às nossas revoluções, é o mais legítimo guardião desta tradição e desta consciência de nordestinidade e de pernambucanidade, que são indispensáveis à manutenção da identidade de um povo e de um território que têm contribuído para a grandeza do Brasil. E um país, como uma região, só se constrói, se cultiva as tradições e se procura adaptar as mudanças necessárias a estas tradições. Não se constrói uma sociedade pela transposição pura e simples de ideologias, de perspectivas e de métodos, mas pela própria construção de caminhos que estejam adequados às suas tradições. Tradição e mudança não se contrapõem mas se completam e são caminhos para que se atinja uma civilização moderna mais autêntica. Nesta Casa, em trabalho silencioso mas profícuo, se elabora o futuro através do estudo e do culto ao passado. Por isto, ela representa bem a consolidação da consciência regional, surgida nos campos de batalha do século XVII.